

www.tumg.pt


TUMG

TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

2018

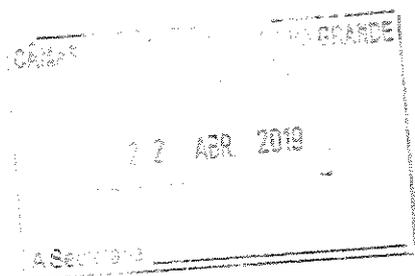


RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
7 2 199 2018
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE
E CONTAS

Índice

Relatório de Gestão	3
Balçoço	32
Demonstração de Resultados	33
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	35
Anexo	36
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	



TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

A. RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signature and initials in blue ink.

ANO: 2018

1. Nota Introdutória

A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão e contas, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 15.º n.º 1 alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º 1 alínea d) da citada Lei n.º 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2018.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.



2. Enquadramento Económico

2.1. A Nível Internacional

Os indicadores económicos que são mundialmente divulgados pelas autoridades estatísticas e as previsões para a evolução da atividade económica indicam que as economias começaram a abrandar no final de 2018 e esta tendência mais negativa deverá permanecer no decorrer de 2019.

São cada vez mais evidentes os sinais de que a economia mundial e em particular a europeia entrou numa fase de abrandamento, pelo que os mercados estão preocupados com as políticas que devem ser seguidas pelos bancos centrais.

Para países que têm nas exportações um dos principais motores de crescimento, como é o caso da economia portuguesa, o impacto negativo é inevitável e de acordo com o Banco de Portugal, esse efeito negativo já se começou a sentir no final de 2018.

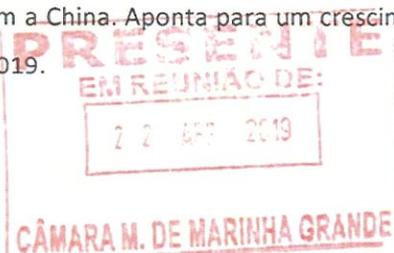
O Fundo Monetário Internacional refere que a economia mundial cresceu 3,7% em 2018 e está menos otimista com a evolução da economia mundial em 2019.

Fatores como a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, o abrandamento da economia europeia, o Brexit, passando pela redução da liquidez dos bancos centrais e a crise em vários mercados emergentes são as principais razões para o corte das estimativas iniciais que apontavam para uma aceleração da economia para 3,9% em ambos os anos.

O FMI, em vez de aceleração, aponta agora para uma estabilização da economia global: *"Vai continuar a expansão estável da economia global que está em curso desde meados de 2016, com o crescimento projetado para 2018-2019 a permanecer ao nível de 2017"*.

Considera ainda que a economia mundial se tornou menos equilibrada, tendo atingido o máximo em algumas economias, para além de que *"aumentaram os riscos descendentes para o crescimento global e diminuiu o potencial para surpresas positivas"*.

Os Estados Unidos continuam com um crescimento económico acentuado devido ao impacto do corte de impostos, no entanto, o FMI reviu a projeção para o crescimento do PIB em 2019, devido aos efeitos da guerra comercial com a China. Aponta para um crescimento de 2,9% em 2018 e um abrandamento para 2,5% em 2019.



Quanto à economia europeia é expectável um abrandamento em 2019, sendo a Alemanha uma das principais culpadas por esta revisão em baixa do crescimento na Zona Euro, sendo previsível que a expansão da maior economia europeia abraque para 1,9% em 2018 e 2019.

Também as previsões de crescimento da economia francesa e espanhola foram revistas em ligeira baixa.

A economia chinesa deverá crescer 6,6% em 2018 e 6,2% em 2019, o que também revela uma desaceleração face ao crescimento verificado em 2017, como consequência do efeito das tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos.

2.2. A Nível Nacional

O alerta foi dado pelo Banco de Portugal, que refere que um pouco por todo o mundo, sucedem-se os indicadores de abrandamento da economia, num cenário que, tal como já foi referido, começou a produzir efeitos na economia portuguesa no final de 2018.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a economia portuguesa cresceu 2,1% em 2018, menos 0,7 pontos percentuais que o observado no ano anterior.

Estas previsões ficam abaixo das previsões do Governo, que estimava um crescimento de 2,3% em 2018.

De acordo com a estimativa rápida do Instituto Nacional de Estatística esta evolução é consequência do contributo mais negativo da procura externa líquida, devido a uma desaceleração das exportações de bens e serviços mais acentuada que a das importações de bens e serviços, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, que reflete o crescimento menos acentuado do investimento.

O Banco de Portugal refere que *“a economia portuguesa deverá manter uma trajetória de expansão ao longo do horizonte de projeção, apresentando um ritmo de crescimento em linha com o atualmente projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para o conjunto da área do euro. Após um aumento de 2,7% em 2017, o produto interno bruto (PIB) português deverá crescer 2,3% em 2018, 1,9% em 2019 e 1,7% em 2020. A economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento económico e financeiro favorável, incluindo um crescimento robusto da procura externa, em torno de 4%, uma orientação acomodaticia da política monetária da área do euro – num quadro de redução gradual dos estímulos não convencionais adotados nos últimos anos –, bem como uma manutenção das condições de financiamento dos agentes económicos.”*

O FMI projeta um abrandamento da economia portuguesa nos próximos anos, considerando ser o momento oportuno para acelerar o processo de consolidação orçamental e de redução da dívida.

Esta Organização considera ainda que a atual desaceleração da economia portuguesa reflete em grande medida alguma perda de força nas exportações e no investimento.

Para o FMI, depois dos 2,2% de 2018, a economia não irá crescer mais do que 1,8% em 2019, valor que fica abaixo dos 2,2% em que o Governo baseou o seu orçamento. Para os anos seguintes, o Fundo vê a taxa de crescimento a caminhar para um nível próximo dos 1,4%.

É neste contexto que o FMI volta a defender que se vá mais longe na redução do défice e da dívida, considerando que *“as condições favoráveis atuais fornecem uma oportunidade para antecipar a consolidação orçamental plurianual prevista no Programa de Estabilidade do Governo, acelerando deste modo a redução da dívida”*.

3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o objetivo principal de servir a população da Marinha Grande.

No exercício de 2018, a Tumg obteve resultados positivos, que revelam a continuação do esforço conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.

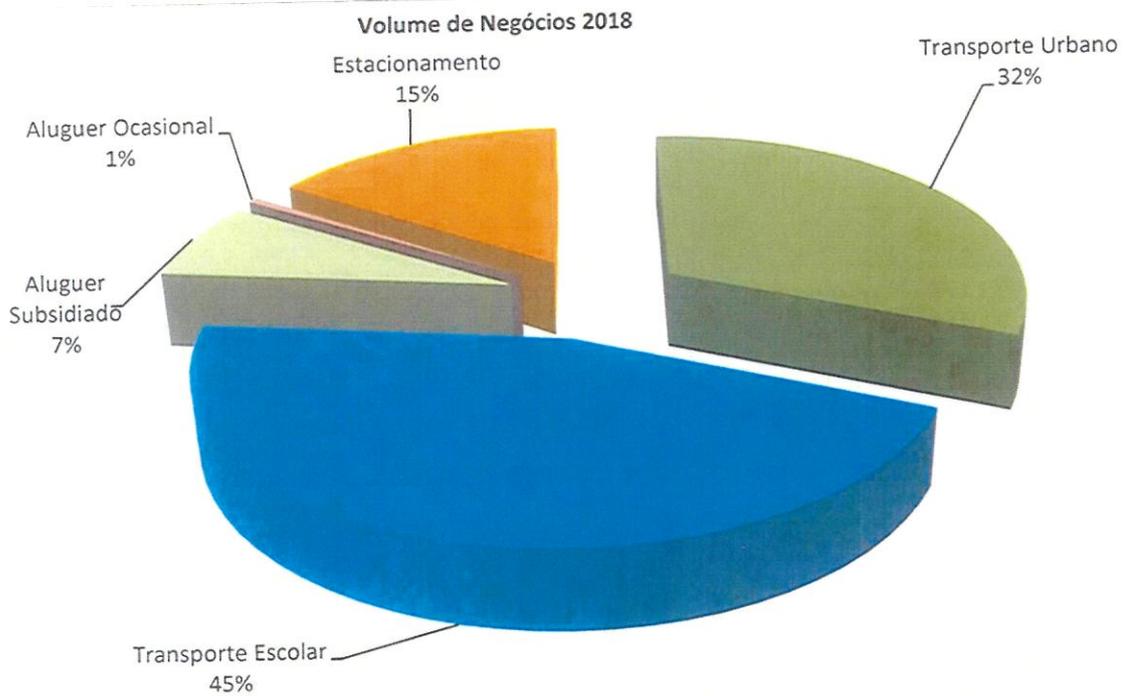
O volume de negócios atingiu um valor de 468.809,62 €, tendo obtido o resultado líquido positivo de 5.529.15 €.

O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:



Volume de Negócios 2018

Transporte Urbano	148.168,39
Transporte Escolar	211.951,35
Aluguer Subsidiado	34.408,80
Aluguer Ocasional	2.358,49
Estacionamento	71.922,59
Total	468.809,62



O n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/212, de 31 de agosto, estabelece os seguintes critérios de solvabilidade das empresas locais:

- As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos devem cobrir, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- Nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante deve ser inferior a 50% das suas receitas;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 DE ABRIL 2019
CAMARA M. DE MARINHA GRANDE

- c. Nos últimos três anos, o valor do resultado operacional (EBITDA) subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações, deve ser positivo;
- d. Nos últimos três anos, o resultado líquido deve ser positivo.

Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais com todos os critérios legalmente exigidos pela referida Lei.

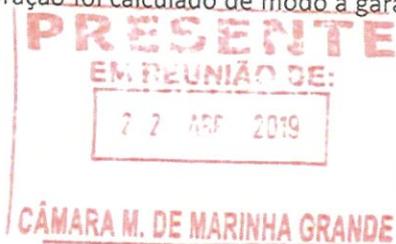
3.1. Transporte Urbano

Por regra, o custo de um sistema de transportes públicos de passageiros não é imputado na íntegra aos seus utilizadores, na medida em que um sistema de transportes públicos com tarifários baixos traduz-se em grandes benefícios para a eficiência de outros mercados de grande importância, designadamente o mercado de trabalho, a função residencial, o acesso a equipamentos e infraestruturas económicas, educacionais e sociais. Importa, pois, destacar, que um sistema de transporte público, para além do seu efeito económico, constitui um importante instrumento de inclusão social.

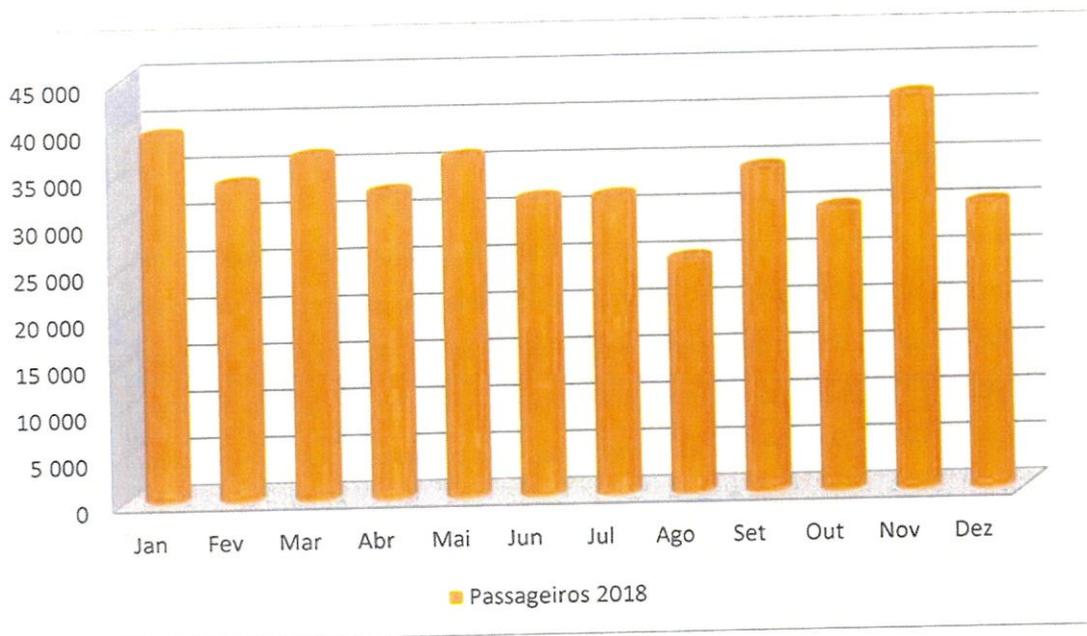
Destacamos o facto deste segmento de atividade assentar numa vertente social, pelo que, por orientação direta do acionista e pelo sétimo ano consecutivo, não se verificou qualquer aumento no tarifário dos transportes urbanos, que consta da tabela seguinte, em vigor desde 2009.

Tarifário	
TÍTULOS DE TRANSPORTE	
Passe	Geral
	Jovem
	Sênior
Pré-Comprado	10 viagens
Bilhete de 1 viagem	
1/2 bilhete de 1 viagem	

Em virtude de mais de 50% dos utilizadores dos transportes urbanos da Marinha Grande usufruírem do passe subvencionado, socialmente acessíveis, mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, o subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura do défice de exploração.



Nos próximos gráficos e tabelas estão representados o número de passageiros transportados mensalmente e por linha, que se traduzem no número de viagens (validações) registadas pelo sistema de bilhética. Da sua análise, constata-se um aumento do nível de utilização dos transportes urbanos, face ao ano anterior:



Passageiros 2018

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
38.993	33.643	36.510	32.573	36.173	31.593	31.703	24.950	34.458	30.089	41.980	30.378	403.043

N.º Passageiros

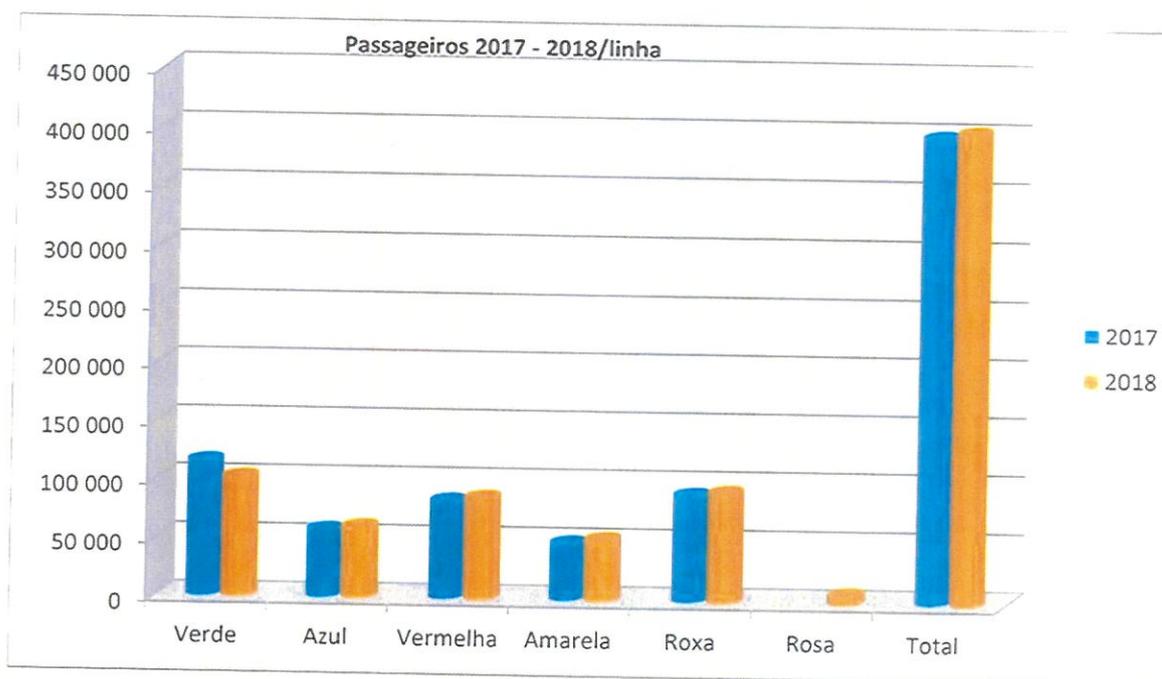
Linha	2018	2017	Varição
Verde	102.073	115.871	
Azul	60.642	58.108	
Vermelha	86.762	84.092	
Amarela	52.759	49.499	
Roxa	93.519	91.799	
Rosa	7.288		
Total	403.043	399.369	+0.92%

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
2018
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

Em termos absolutos e face a 2017, registámos um aumento de 0,92% no número de viagens (validações), que representa um acréscimo de 3.674 viagens.

Importa esclarecer que as validações no sistema de bilhética referem-se ao número de vezes em que os passes são exibidos ao que acresce a contabilização dos outros títulos de transporte (bilhetes emitidos a bordo e bilhetes pré-comprados).

Todas as linhas registaram um aumento do índice de utilização, à exceção da linha verde que evidencia um número inferior de validações em relação a 2017, o que se justifica pela supressão da extensão da linha verde, a qual foi incorporada na linha principal: desde junho de 2018, as validações que anteriormente eram registadas na extensão passaram a estar incluídas na linha verde 1.

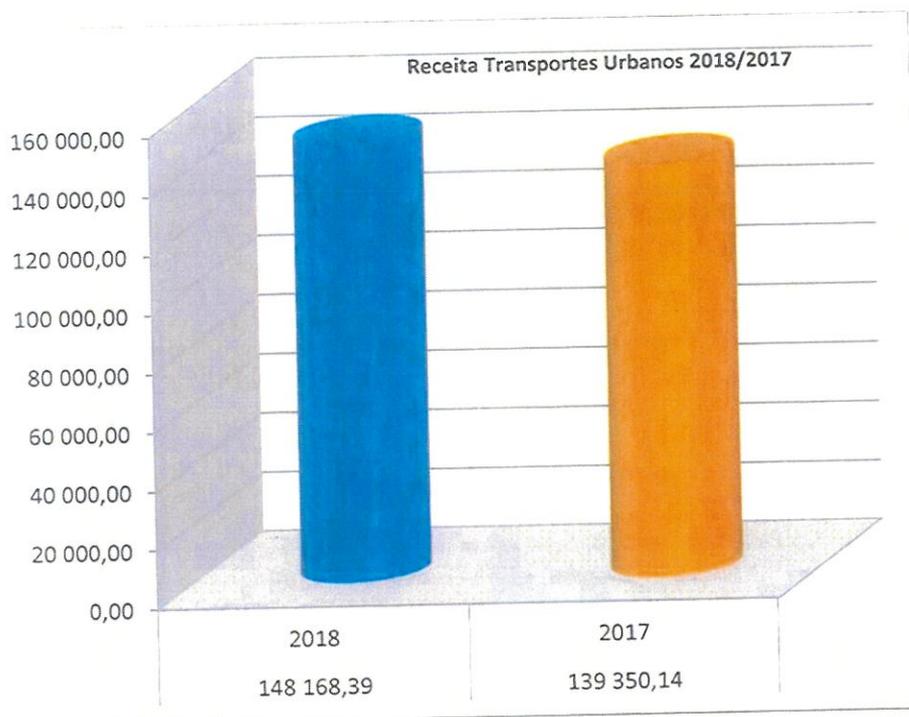


A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2017:



Receita Transportes Urbanos

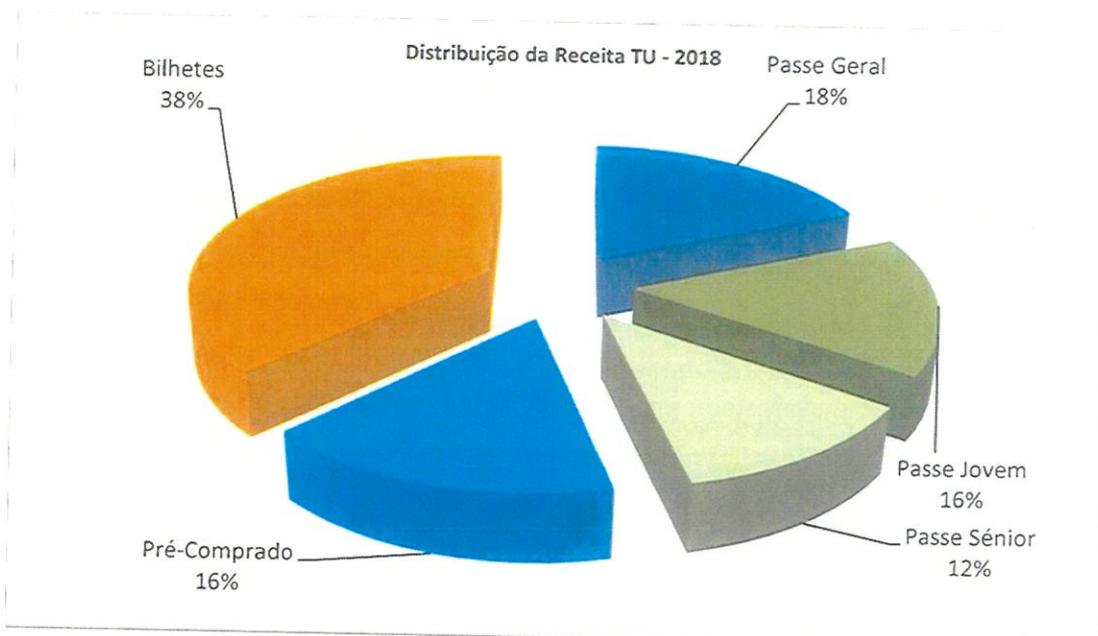
Ano	Valor	Variação
2018	148.168,39	+ 6.33 %
2017	139.350,14	



Receita Transportes Urbanos por Título de Transporte

Título de Transporte	Passes Geral	Passes Jovem	Passes Sénior	Pré-Comprado	Bilhete	Total
2018	27.149,13	23.644,22	17.800,92	23.936,98	55.637,14	148.168,39
2017	27.434,34	21.408,40	18.710,70	18.385,19	53.411,51	139.350,14
Variação	- 285,21 - 1,04%	+ 2.235,82 + 10,44%	- 909,78 - 4,86%	+ 5.551,79 + 30,20%	+ 2.225,63 + 4,17%	+ 8.818,25 + 6,33%

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
12/12/2018
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



Em 2018 e em termos globais verifica-se um aumento da receita na ordem dos 6,33% face a 2017. Da leitura do quadro, constata-se que as alterações mais expressivas incidiram no passe jovem e no bilhete pré-comprado, títulos de transporte estes que registaram um aumento de 10% e 30 %, respetivamente.

De acordo com os dados divulgados pelo Eurostat em agosto de 2018, os portugueses são dos europeus que menos utilizam os transportes públicos, situando-se no fundo da tabela na utilização de comboios e autocarros.

A média europeia de quilómetros viajados com recurso a transportes coletivos é de 17,1%. Em Portugal essa média situa-se em apenas 10,9%. Atrás de Portugal, só fica mesmo um outro Estado-membro: a Lituânia, com uma utilização de transportes coletivos de 10,1%.

No top 3, a liderar o ranking dos países que mais utilizam os transportes públicos nas suas deslocações, surgem a Hungria (31%), a República Checa (26%) e a Eslováquia (25,2%).

Esta resistência em relação à utilização dos transportes coletivos continua a ser um desafio a superar. As preocupações climáticas têm dado o mote para que se opere uma mudança de mentalidades, e já estamos a assistir à implementação de medidas que contrariam o uso

individual do automóvel, medidas essas que passam por conceitos como a “descarbonização” e a “partilha”:

- É urgente e necessário atingir as metas climáticas. Neste contexto, os veículos elétricos estão a aumentar em todo o mundo, devido às políticas de descarbonização e aos incentivos estatais.
- Muitas cidades já disponibilizam alternativas de mobilidade de baixo custo e de poluição mínima, através da utilização de pequenos veículos na deslocação individual, como as bicicletas, os segway, as trotinetes, que também acabam por ter um efeito benéfico no tráfego das cidades uma vez que aliviam a ocupação desnecessária provocada pelos automóveis, com retornos positivos em termos de qualidade do ambiente.
- As soluções de partilha nos meios de transporte individual, junta-se também à partilha dos transportes públicos, com a mais valia de redução de custos ao nível dos equipamentos, do consumo de energia e da produção de poluição.

Projetos como a EuroVelo, da Federação Europeia de Ciclistas, que pretende construir 70.000 km de ciclovias divididos em 14 rotas que irão interligar 42 países em todo o continente europeu, são uma realidade de um futuro muito próximo e do qual faremos parte.

3.2. Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.

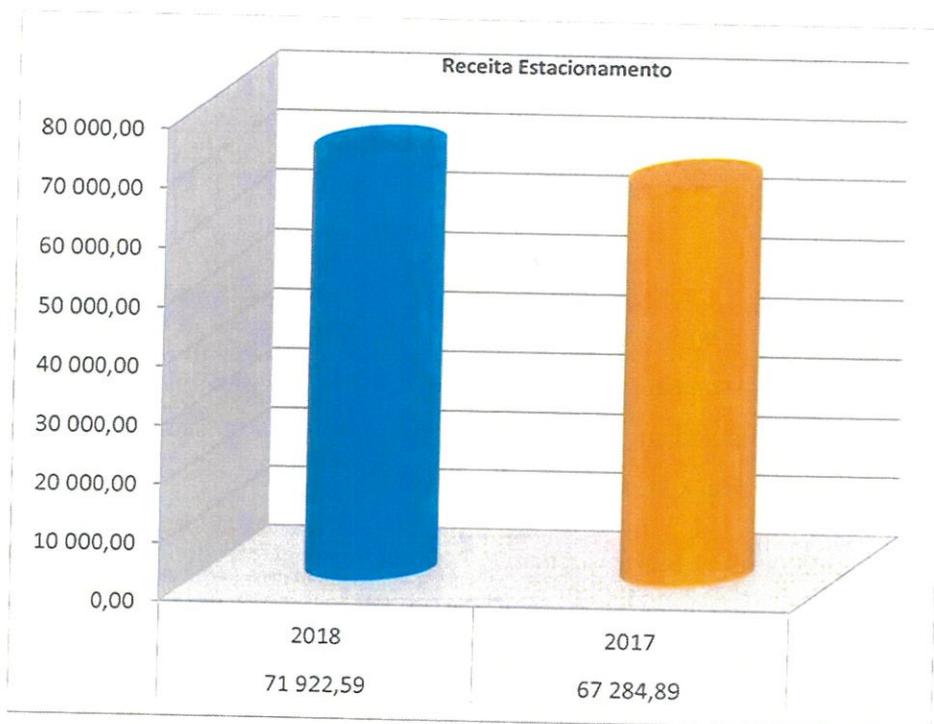
O estacionamento de duração limitada na Cidade da Marinha Grande teve início com a criação de 6 zonas de estacionamento no centro urbano, totalizando 573 lugares de estacionamento, incorporando 21 parcómetros. Em 2012 procederam-se a reajustamentos das zonas de estacionamento limitado, que se traduziram na redução do número de lugares de estacionamento onerados, pelo que atualmente aquele número ficou reduzido a 380 lugares.

O gráfico seguinte revela um aumento da receita proveniente do estacionamento de duração limitada em 2018, face a 2017, na ordem dos 6,89%.

Ano	Valor (€)	Variação
2018	71.922,59	+ 6,89%
2017	67.284,89	

Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2018

Relembramos que desde outubro 2018 foi disponibilizada uma aplicação de pagamento de estacionamento através de telemóvel, cuja grande vantagem para os seus utilizadores é o facto de não ser necessário qualquer recurso a moedas, notas ou recibos no momento do estacionamento, bastando apenas um registo prévio na aplicação e a associação a um Cartão de Crédito ou a uma conta Paypal.



De salientar que desde a sua implementação em 2011, o tarifário deste segmento de atividade não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor valores substancialmente inferiores aos praticados em Concelhos limítrofes, pelo que o incremento da receita é o reflexo do aumento do índice de utilização. A 31 de dezembro de 2018, o preço a pagar por uma hora, continua a ser 0,40 €:

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 ABR 2019
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE





1ª FRACÇÃO	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
2ª FRACÇÃO	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
3ª FRACÇÃO	1,20 euros	135 minutos
	1,40 euros	150 minutos
	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos

3.3. Transporte Escolar

Em 2018, o transporte escolar representou 45% do volume de negócios da Tumg. Analisando os mapas e gráficos seguintes, constata-se que o valor da receita obtida com os transportes escolares representa um resultado inferior face a 2017, na ordem dos 1,09%, o que em termos absolutos se traduz numa diminuição da receita, no valor de 2.328,75 €.

Atualmente estão afetos aos transportes escolares, 7 autocarros com lotação igual ou superior a 55 lugares, sendo que apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg presta este serviço, a qual garante o circuito de transporte escolar da Moita, dá apoio ao transporte dos alunos para os locais de refeição e às atividades desportivas e culturais promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo Município.

Consideramos ainda ser importante esclarecer o enquadramento legal em que esta prestação de serviço é assegurada:

Por via da regra, sempre que a Administração Pública, e em particular as Autarquias Locais, pretende contratar o fornecimento de determinados bens e serviços, deve dirigir-se ao mercado para efetuar a escolha do seu parceiro contratual, respeitando os princípios comunitários e nacionais em matéria de contratação, como são o princípio da concorrência, o princípio da

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 MAR 2019
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

NIPC 505 849 348

transparência, o princípio da legalidade, entre outros. Esta exigência decorre das normas comunitárias. No entanto, é o próprio Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias que reconhece à Administração, onde se incluem as Autarquias Locais, quando verificados determinados pressupostos, “a possibilidade de cumprir as tarefas de interesse público (...) pelos seus próprios meios”. E aqui surge o conceito de contratação “In House”.

Trata-se de um instituto com génese na jurisprudência comunitária e que se encontra consagrado, presentemente, no ordenamento jurídico português, nos artigos 5.º, 5.º-A e 5.º-B, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual. De acordo com o artigo 5.º dos Estatutos da empresa, constitui atribuição da Tumg: “Assegurar a prestação de serviços ao Município da Marinha Grande em função dos meios disponíveis para o efeito, designadamente em matéria de transportes escolares.”

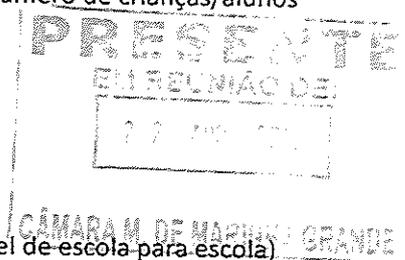
Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os valores contratualizados em resultado da consulta ao mercado e subsequentemente com o acionista, sofreram uma redução significativa, em virtude do estatuído neste diploma, que proíbe a prática de preços superiores aos preços de mercado.

As propostas apresentadas pela Tumg ao Município, têm sido sempre baseadas em procedimentos concursais, logo decorrem de preços que resultam do mercado.

Uma vez que os procedimentos concursais visam apenas a contratação dos meios operacionais para a prestação do serviço, não contemplando por isso todas as tarefas necessárias à sua concretização, têm sido apurados os preços médios de mercado que resultam das propostas apresentadas pelos concorrentes. O preço médio de mercado visa cobrir os custos administrativos complementares à execução do contrato.

As tarefas a executar pela Tumg que integram a componente administrativa traduzem-se no seguinte:

- Elaboração dos percursos de cada autocarro, em função do número de crianças/alunos a transportar por cada ano letivo e por escola:
 - Os percursos devem considerar:
 - O horário de entrada das crianças/alunos
 - O local de residência das crianças/alunos
 - O horário da interrupção para almoço (variável de escola para escola)
 - Os horários das atividades complementares (CAF, AAF, natação e psicomotricidade)



- Intermediação entre as escolas e a Câmara Municipal
 - Atualização permanente dos percursos, de acordo com as necessidades manifestadas pelas escolas/Câmara;
 - Dar resposta às solicitações de alterações e às necessidades pontuais de transporte;
 - Gestão de pedidos de transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar (visitas pontuais a bibliotecas, museus, castelos, atividades lúdicas, quintas pedagógicas e temáticas, empresas, instituições);
 - Elaboração de mapas com circuitos específicos e pontuais (datas comemorativas e eventos direcionados), com o número de crianças/alunos e a sua distribuição pelos autocarros e escolas, em articulação com os horários de cada escola);
 - Contacto com os motoristas a fim de prestar esclarecimentos ou dar indicações pontuais sobre o serviço.

- Rececionar e tramitar reclamações do serviço provenientes de Pais, Encarregados de Educação, Alunos e Professores.

- Controlo da execução do serviço:
 - Elaboração de mapas contabilísticos com a informação sobre os dados de execução do contrato;
 - Faturação do serviço efetivamente prestado, dependente do número de dias e do número de autocarros utilizados;
 - Elaboração de mapas estatísticos com o número de crianças/alunos transportados em cada horário dos respetivos percursos.

Para a proposta de 2018, a Tumg após lançar o procedimento concursal, com base nas necessidades manifestadas pelo acionista, adotou o preço mais baixo de mercado, tendo incorporado os custos administrativos em que incorre na execução do contrato, com base na contabilidade analítica da empresa, auditada e certificada. Estão refletidos os custos diretos e indiretos da atividade.

Importa ainda referir que o valor contratual corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação do serviço, nos termos das necessidades calculadas

em função do calendário escolar, no entanto a faturação fica condicionada ao serviço efetivamente prestado.

De salientar ainda o facto de todas as viaturas afetas ao transporte escolar estarem a ser rentabilizadas no sentido de apoiar os estabelecimentos de ensino do Concelho, no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, em quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades.

Transporte	2018	2017	Varição
Transporte Escolar	211.951,35	214.280,10	- 1,09%
Alugueres subsidiados pelo município	34.408,80	29.856,50	+ 15,25%
Alugueres Ocasionais	2.358,49	3.250,73	- 27,45%
Total	248.718,64	247.387,33	+ 0,54%

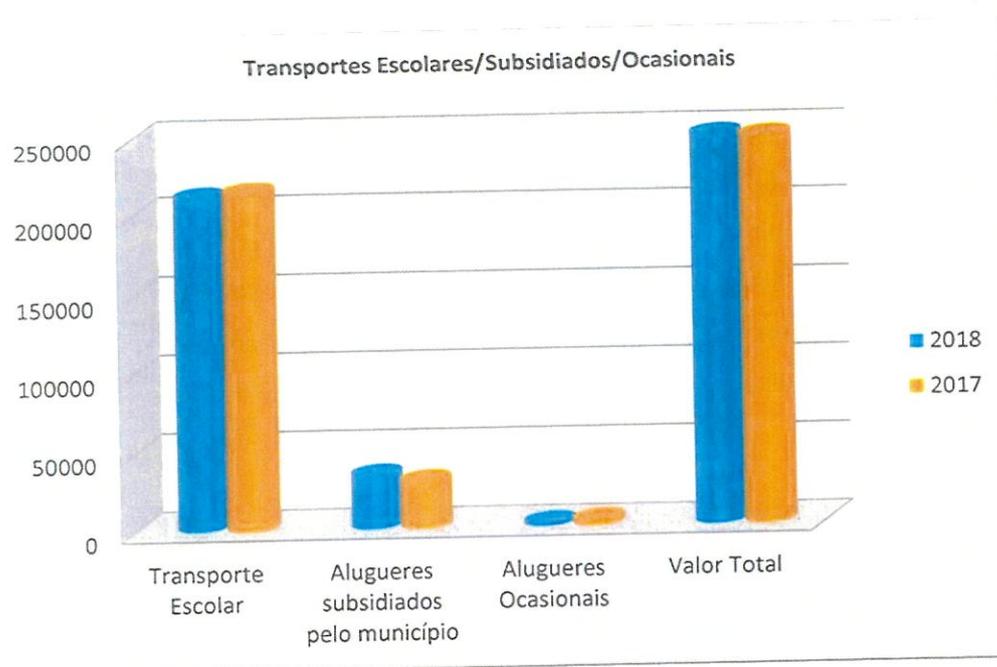
3.4. Transportes Subsidiados

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados pelo Município, o valor obtido em 2018 foi superior em 15,25% ao alcançado em 2017, o que revela uma nova dinâmica que o Município tem vindo a desenvolver na concessão de apoio às instituições do Concelho, na prossecução de projetos culturais, desportivos e sociais de relevo, em matéria de transportes.

3.5. Transportes Ocasionais

No que se refere aos transportes ocasionais (que se efetuam ocasionalmente a solicitação de várias entidades) verifica-se uma ligeira diminuição em termos absolutos no valor de 892,24 €, comparado com o resultado alcançado em 2017.



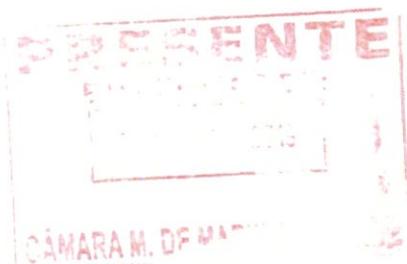



4. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2018, a empresa integra no seu quadro quatro trabalhadores efetivos, sendo dois em regime de cedência de interesse público, pelo município e cinco trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo, cuja contratação resultou da alteração do modelo de exploração do segmento dos transportes urbanos, que se consubstancia na autonomização progressiva quanto aos meios humanos e operacionais e na expansão da rede de transportes urbanos no Concelho. Atualmente estamos a operar neste segmento de atividade com cerca de 50% de meios próprios.

Devido a rescisão contratual com uma das funcionárias administrativas, foi igualmente necessário recrutar um novo trabalhador para desempenhar aquelas funções.

Em setembro de 2018 foi necessário abrir um novo procedimento de recrutamento de um motorista devido a uma rescisão de um contrato a termo certo.




NOME	CARGO	VÍNCULO
Maria de Fátima Malessio Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Mário António Ribeiro Pedro	Assistente Técnico	Contrato de Trabalho a Termo Certo
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
João Gonçalo Ferreira Moderno	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
João Manuel Artilheiro Valina	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Valdemar Gaspar dos Ramos	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Ary Manuel Nunes Coutinho	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo

4.1. Evolução Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de pessoas ao serviço:

Descrição	2018	2017
Gastos com pessoal	189 878,94	189 920,92
Número médio de colaboradores durante exercício	9	9
Gastos com pessoal per capita	21 097,66	21 102,32
Número de pessoas no fim exercício	9	9

No exercício agora findo, a empresa não apresenta dívidas relativa aos seus trabalhadores.

4.2. Higiene e Segurança no Trabalho

De referir ainda que, em termos de responsabilidade social, a empresa cumpre todos os requisitos e condições de higiene e segurança no trabalho impostas no seu setor.

4.3. Questões Ambientais

A empresa respeita o cumprimento rigoroso das normas ambientais aplicáveis para o exercício da sua atividade. Nada de relevante há a salientar.

5. Administração

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da empresa, o mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de quatro anos e coincide com o mandato dos titulares dos órgãos do Município. Nos termos do estatuído e por deliberação de Câmara de 13 de novembro de 2017, sob proposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado um novo Conselho de Administração, com a seguinte composição:

- Presidente: Dr. Carlos Alexandre de Carvalho Caetano
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malessio Cardoso

Tendo tomado posse no dia 17 de novembro de 2017.

Por deliberação de Câmara de 13 de agosto de 2018, foi designado como Fiscal Único da TUMG – EM Unipessoal, S.A., o Dr. Luis Filipe Vicente Pinto, Revisor Oficial de Contas e como suplente, a sociedade LCA – Leal, Carreira & Associados SROC Lda., representada pelo Dr. José Maria de Jesus Carreira, Revisor Oficial de Contas, tendo a proposta merecido aprovação em reunião da Assembleia Municipal de 17 de setembro de 2018, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

6. Investimento

Em 2018, o investimento em imobilizado foi de 7.889,76 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2018	2017
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico	3 456,75	4 702,55
Equipamento Administrativo	4 433,01	1 918,60
Total	7 889,76	6 621,15



O investimento em 2018 cingiu-se a equipamento administrativo (equipamento informático), equipamento de sinalização e identificação de locais de paragem dos transportes urbanos e Sistemas de Retenção de Crianças.

7. Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2018, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram neste exercício, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.

Indicadores Financeiros

Rácios	2018	2017	2016
Liquidez geral	358,63%	230,41%	175,61%
(Ativo corrente/Passivo corrente)			
Liquidez imediata	313,15%	182,32%	130,03%
(Dep. Banc. + Caixa/Passivo Corrente)			
Autonomia Financeira	82,08%	74,33%	70,75%
(Capital Próprio/Ativo)			
Endividamento	17,92%	25,67%	29,25%
(Passivo/Ativo)			
Solvabilidade	458,18%	289,50%	241,84%
(Capital Próprio/Passivo)			
Prazo Médio de Recebimentos	9	1	5
[Clientes/(Vendas + Prestação de Serv.) X 365]			
Prazo Médio de Pagamentos	71	123	146
[Fornecedores/(Compras + FSE) X 365]			
Rendibilidade do Capital Próprio	0,80%	3,54%	1,54%
(Resultado Líquido/Capital Próprio)			
Rendibilidade Líquida do Ativo	0,66%	2,63%	1,09%
(Resultado Líquido/Ativo)			
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prest. Serv.	1,18%	5,32%	2,27%
[Resultado Líquido/(Vendas + Prest. Serviços)]			

RESERVA
EM REUNIÃO DE:

27 MAR 2019

Rubricas	2018	2017	2016
Ativo Corrente	539.233,50 €	543 880,81 €	478 675,59 €
Passivo Corrente	150.358,30 €	236 054,06 €	272 581,97 €
Dep. Bancários + Caixa	470.843,57 €	430 383,11 €	354 443,65 €
Capital Próprio	688.909,45 €	683 380,30 €	659 209,16 €
Ativo	839.267,75 €	919 434,36 €	931 791,13 €
Passivo	150.358,30 €	236 054,06 €	272 581,97 €
Clientes	12.123,27 €	1 065,96 €	6 176,49 €
Vendas + Prestações de Serviços	468.809,62 €	454 022,36 €	441 799,85 €
Fornecedores	122.696,03 €	198 646,38 €	238 207,41 €
Compras + FSE	631.353,53 €	588 875,71 €	595 735,81 €
Resultado Líquido do Exercício	5.529,15 €	24 171,14 €	10 124,01 €

Financiamento

Em 2018 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

Gestão dos Riscos Financeiros

A empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a sociedade:



- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

Rendimentos

Para o ano de 2018 a nossa previsão orçamental foi de 930.200,94 €. No entanto os valores realizados foram de 912.074,77 €.

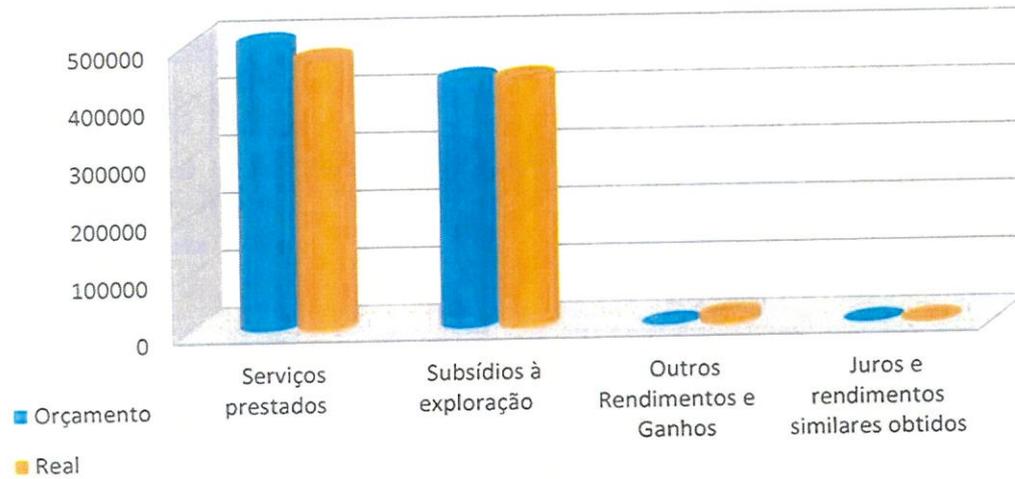
Rubricas	2018		
	Orçamento	Real	Variação
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	498 635,38	468 809,62	-5,98%
Subsídios à exploração	431 564,96	431 564,91	0,00%
Reversões Imparidades dívidas a Receber	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	11 700,00	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,60	0,24	-60,00%
Total	930 200,94	912 074,77	-1,95%

Da análise deste mapa, constata-se uma redução nos rendimentos, correspondente a uma diferença percentual de 1,95% face à previsão orçamental. No entanto, esta redução nos rendimentos foi acompanhada nos gastos e perdas, que registaram um desvio de menos 1,54%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



Rendimentos - 2018



Rubricas	2018	2017	Varição
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	468 809,62	454 022,36	+3,26%
Subsídios à exploração	431 564,91	438 730,41	-1,63%
Reversões Impandades dívidas a Receber	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	11 700,00	4 248,09	+175,42%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,24	0,42	-42,86%
Total	912 074,77	897 001,28	+1,68%

Globalmente, o diferencial dos rendimentos e ganhos entre 2018 e 2017 foi de mais 1,68%, o que em termos absolutos se traduz num aumento de 15.073,49 €.

Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2018, foi de 920.771,50 €. O realizado foi de 906.545,62 €. No global apurou-se um desvio de menos 1,54%.



Rubricas	2018		
Gastos e perdas	Orçamento	Real	Varição
Fornecimentos e serviços externos	653 515,89	631 353,53	-3,39%
Gastos com o pessoal	171 332,88	189 878,94	+10,82%
Imparidade dívidas a receber	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	1 257,82	224,78	-82,13%
Gastos de depreciação e amortização	92 158,03	83 800,64	-9,07%
Juros e gastos similares suportados	0,32	23,13	
Imposto sobre rendimento período	2 506,56	1 264,60	-49,55%
Total	920 771,50	906 545,62	-1,54%

Rubricas	2018	2017	Varição
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	631 353,53	588 875,71	+6,73%
Gastos com o pessoal	189 878,94	189 920,92	-0,02%
Imparidade dívidas a receber	0,00	1 903,75	
Outros gastos e perdas	224,78	664,21	-66,16%
Gastos de depreciação e amortização	83 800,64	84 539,05	-0,87%
Juros e gastos similares suportados	23,13	0,40	
Imposto sobre rendimento período	1 264,60	6 926,10	-447,69%
Total	906 545,62	872 830,14	+3,72%

Globalmente, o diferencial dos gastos e perdas entre 2018 e 2017 foi de mais 3,72%, o que em termos absolutos se traduz num aumento de 33.715,48 €, resultado do aumento dos fornecimentos e serviços externos, cujas rubricas que sofreram alterações materialmente relevantes foram as seguintes:




	2018	2017	desvio
Subcontratos	468 421,84 €	430 889,64 €	38 593,52 €
Conservação e reparação	46 801,15 €	35 961,19 €	10 839,96 €
Energia e fluidos	60 512,60 €	57 137,28 €	3 375,32 €

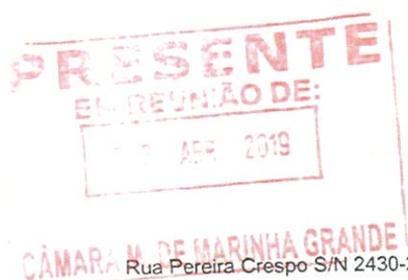
O incremento do valor dos subcontratos deve-se ao aumento dos preços de mercado relativos aos serviços subcontratados de transporte urbano e transporte escolar. O aumento do apoio em matéria de transportes por parte do Município, concedido às entidades sem fins lucrativos do Concelho, também potenciou o aumento da subcontratação de autocarros.

Quanto aos gastos com conservação e reparação, relaciona-se com 3 viaturas afetas ao transporte urbano, que requerem manutenções e intervenções mais constantes.

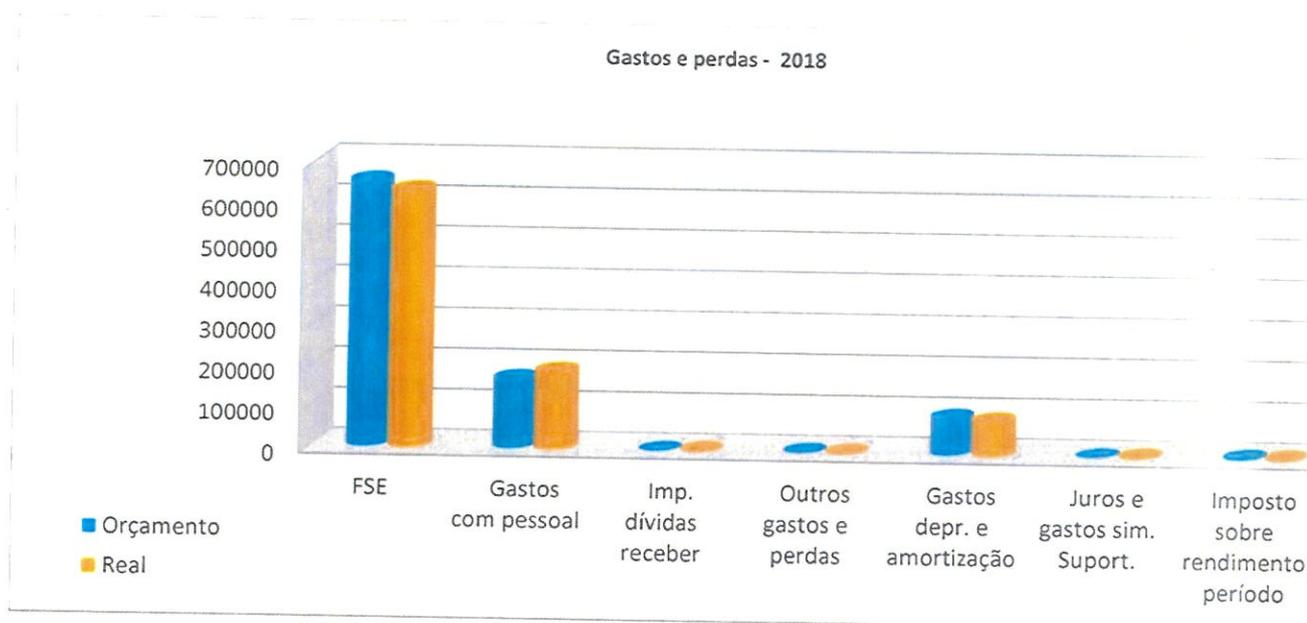
De salientar ainda que a ampliação do transporte urbano à Freguesia da Moita implicou investimento cujos custos não foram contabilizados para efeitos do cálculo do valor do subsídio à exploração do exercício de 2018, tendo sido suportados na íntegra pela empresa municipal.

Os gastos incorridos com a implementação e entrada em funcionamento da linha rosa 13, de 04 de junho a 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

Linha Rosa	04-06-2018 a 31-12-2018
Serviços Diversos	13 753,74 €
Gastos com pessoal	16 441,44 €
Depreciações	15 922,12 €
Outros	1,16 €
Total	46 118,46 €



Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2018, comparativamente com os valores orçamentados:



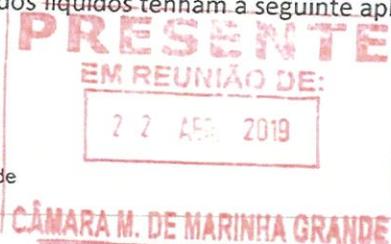
Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2018 um resultado líquido de 5.529.15 €, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2018	2017
Rendimentos	930 200,94	912 074,77	897 001,28
Gastos	920 771,50	906 545,62	872 830,14
Resultado Líquido	9 429,44	5 529,15	24 171,14

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:




Rubricas	2018
Resultados transitados	4 970,00
Reserva legal	559,15
Total	5 529,15

9. Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10. Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Entidades	31-12-2018
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Carlos Alexandre de Carvalho Caetano - Presidente	0%
Maria de Fatima Malesso Cardoso - Vogal	0%
Luis Filipe Vicente Pinto - Revisor Oficial de Contas	0%



11. Sucursais

Não existiam, à data do encerramento de contas, nem existiram durante o período, quaisquer sucursais da Sociedade.

12. Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa um firme reconhecimento e agradecimento aos membros dos restantes Órgãos Sociais, Assembleia Geral e Fiscal Único, pelo trabalho desenvolvido e pelo empenho demonstrado na defesa dos interesses da empresa.

Manifesta o seu reconhecimento e profundo apreço a todos os seus Colaboradores, que através do seu envolvimento direto, potenciaram a concretização dos objetivos estabelecidos.

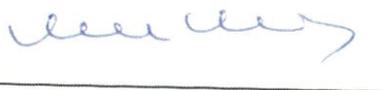
O Conselho de Administração não pode deixar de expressar o seu especial agradecimento a todos os seus Utentes, pela confiança e preferência com que nos têm distinguido.

13. Demonstrações Financeiras

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.

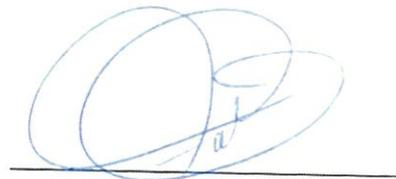
Marinha Grande, 13 de março de 2019

O Conselho de Administração



Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Presidente



Maria de Fátima Malesso Cardoso

Vogal





BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018				euros
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31-12-2018	31-12-2017	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	299 069,95	374 980,83	
Outros Investimentos Financeiros		964,30	572,72	
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	
		300 034,25	375 553,55	
Ativo Corrente				
Clientes	14.1	12 123,27	1 065,96	
Estados e outros entes públicos	16.1	5 779,98	61 182,52	
Outros Créditos a Receber	14.1	49 591,55	49 538,50	
Diferimentos	16.2	895,13	1 710,72	
Caixa e depósitos bancários	4.1/14.3	470 843,57	430 383,11	
		539 233,50	543 880,81	
Total do ativo		839 267,75	919 434,36	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	16.3	338 000,00	338 000,00	
Reservas legais	16.3	38 440,82	35 969,68	
Resultados transitados	16.3	245 212,48	285 239,48	
Resultado líquido do período	16.3	5 529,15	24 171,14	
Total do capital próprio		627 182,45	683 380,30	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	12	61 727,00	0,00	
		61 727,00	0,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	14.1	122 696,03	198 646,38	
Estado e outros entes públicos	16.1	6 166,63	14 431,16	
Outras dívidas a pagar	14.1	19 726,73	21 087,33	
Diferimentos	16.2	1 768,91	1 889,19	
		150 358,30	236 054,06	
Total do passivo		212 085,30	236 054,06	
Total do capital próprio e do passivo		839 267,75	919 434,36	

O Contabilista Certificado

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande

O Conselho de Administração

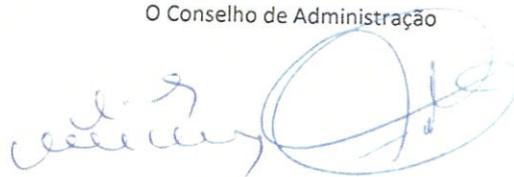
NIPC 505 849 348

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2018			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	euros	
		PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	468 809,62	454 022,36
Subsídios à exploração	10	431 564,91	438 730,41
Fornecimentos e serviços externos		-631 353,53	-588 875,71
Gastos com o pessoal	15	-189 878,94	-189 920,92
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	0,00	-1 903,75
Outros rendimentos	10	11 700,00	4 248,09
Outros gastos	0	-224,78	-664,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		90 617,28	115 636,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-83 800,64	-84 539,05
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 816,64	31 097,22
Juros e rendimentos similares obtidos	10	0,24	0,42
Juros e gastos similares suportados	9	-23,13	-0,40
Resultado antes de impostos		6 793,75	31 097,24
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	13	-1 264,60	-6 926,10
Resultado líquido do período		5 529,15	24 171,14
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2018

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

DESCRICO	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICAO NO INICIO DE 2017	338.000,00	0,00	0,00	0,00	34.957,67	0,00	276.127,48	0,00	0,00	0,00	10.124,01	659.209,16	0,00	659.209,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					1.012,01		9.112,00				-10.124,01			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											24.171,14			
OPERAÇÕES DE TEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Entradas para cobertura de perdas														
POSICAO NO FIM DE 2017	338.000,00	0,00	0,00	0,00	35.969,68	0,00	285.239,48	0,00	0,00	0,00	24.171,14	683.380,30	0,00	683.380,30
POSICAO NO INICIO DE 2018	338.000,00	0,00	0,00	0,00	35.969,68	0,00	285.239,48	0,00	0,00	0,00	24.171,14	683.380,30	0,00	683.380,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					2.471,14		-40.027,00				-24.171,14			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											5.529,15			
OPERAÇÕES DE TEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICAO NO FIM DO 2018	338.000,00	0,00	0,00	0,00	38.440,82	0,00	245.212,48	0,00	0,00	0,00	5.529,15	627.182,45	0,00	627.182,45

O Contabilista, Certificado

O Conselho de Administração

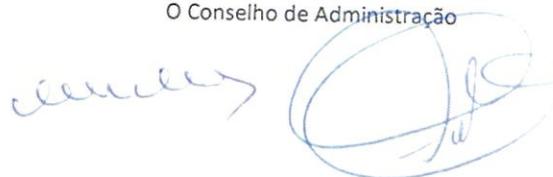



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		1 068 297,75	1 083 162,03
Pagamentos a fornecedores		-876 213,84	-810 275,46
Pagamentos ao pessoal		-189 878,94	-189 730,77
Caixa gerada pelas operações		2 204,97	83 155,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-5 135,92	-2 656,23
Outros recebimentos/pagamentos		49 752,09	3 583,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		46 821,14	84 083,47
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6 360,67	-8 144,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-6 360,67	-8 144,01
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		40 460,47	75 939,46
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		430 383,11	354 443,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		470 843,57	430 383,11

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




B. ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal SA

1.2. Sede

Rua Pereira Crespo, s/n, 2430-246 Marinha Grande

1.3. NIPC

505 849 348

1.4. Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR nº 285 de 10 de dezembro de 2002.

A Tumg presta serviços de Transportes Públicos de Passageiros e de gestão do estacionamento de duração limitada, na área do Município da Marinha Grande.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho de 2010, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	Entre 4 e 6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo aos ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Rédito

O rédito é mensurado pelo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido líquido de imposto, pelo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	468 283,57	
Depósitos a prazo	13	2 000,00	
Total		470 843,57	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Tumg.

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2018, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.



6. Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

- b. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

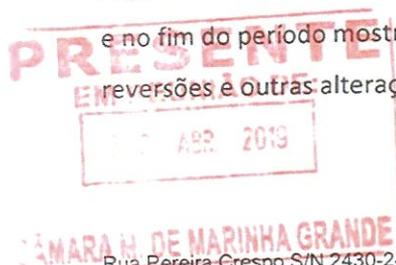
Ativos Intangíveis

Descrição	31-12-2017	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31-12-2018
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Ativos Fixos Tangíveis

- a. Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativos Tangíveis Brutos

Descrição	31-12-2017	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	31-12-2018
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	19 390,00	0,00		0,00	0,00	19 390,00
Edifícios e Out. Construções	158 524,77	0,00		0,00	0,00	158 524,77
Equipamento Básico	706 372,20	0,00	3 456,75	0,00	0,00	709 828,95
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	100 728,68	0,00	4 433,01	0,00	0,00	105 161,69
Outros ativos Tangíveis	173,36	0,00		0,00	0,00	173,36
Investim. curso Ativos Tangiv.	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	985 189,01	0,00	7 889,76	0,00	0,00	993 078,77
Depreciações Acumuladas	610 208,18		83 800,64			694 008,82
Perdas por Imparidade						
Depreciação Acumulada	610 208,18	0,00	83 800,64	0,00	0,00	694 008,82
Ativo Tangível Líquido	374 980,83	0,00	83 800,64	0,00	0,00	299 069,95

8. Locações

Em 31 de Dezembro de 2018, não havia responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras.

9. Custo dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2018	2017
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	0,00	0,00
De mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros	23,13	0,40
Total	23,13	0,40

10. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2018	2017	Variação
Prestação de serviços			
Aluquer de Autocarros	248 718,64	247 387,33	1 331,31
Transportes Públicos de Passageiros	148 168,39	139 350,14	8 818,25
Estacionamento	71 922,59	67 284,89	4 637,70
Subsídios à exploração			
Contrato Programa	431 564,91	438 730,41	- 7 165,50
Reversões			
Em Dividas a receber	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	11 700,00	4.248,09	7 451,91
Juros			
Depósitos bancários	0,24	0,42	- 0,18
Total	912 074,77	897 001,28	15 073,49

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2018 e 2017, são provenientes de:

Subsídios à exploração	2018	2017
Contrato-Programa	431 564,91	438 730,41
Total	431 564,91	438 730,41

11. Partes Relacionadas

Entidade Participante

Tipo	Denominação	NIPC	Valor		Valor nominal realizado	
			Nominal subscrito	%	Em meios monetários	Em especie
Município	Município da Marinha Grande	505776758	338.000,00	100,00	75.000,00	263.000,00

As únicas partes relacionadas referem-se ao acionista único, Município da Marinha Grande, com o qual existiram as seguintes transações:

Transações entre partes relacionadas	2018	2017
Natureza da operação	Acionista Único	
Prestação de Serviços	715 931,76	723 237,99
Aquisição de Serviços	492,38	468,24

12. Provisões, passivos contingentes

Está em curso um processo judicial interposto pela Agência de Viagens e Transportes do Vale do Ave, Lda., relativo à prestação do serviço de transportes urbanos do ano 2013. O processo encontra-se para conclusão do Juiz, a fim de ser agendada data para a realização da audiência final de julgamento.

Apesar da empresa não reconhecer a possibilidade de perder a ação, face aos princípios contabilísticos, em especial ao princípio da prudência, considerou-se a probabilidade de existência de um risco quantificável, pelo que na condição de incerteza, é reconhecido nas demonstrações financeiras.

Processo judicial em curso	2018
Aumentos	
Constituição	61 727,00

13. Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser detalhados como segue.

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:



Imposto sobre o Rendimento	2018	2017
Resultados antes de impostos	6 793,75	31 097,24
Taxa nominal de imposto	18,61%	22,27%
Imposto Diferido		
Imposto corrente	1 264,60	6 926,10
Total	1 264,60	6 926,10

14. Instrumentos Financeiros

Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

14.1. Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Ativos e Passivos Correntes	2018			2017		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Clientes	19 556,48	7 433,21	12 123,27	8 499,17	7 433,21	1 065,96
Outras contas a Receber	49 591,55	0,00	49 591,55	49 538,50	0,00	49 538,50
Total do Ativo	69 148,03	7 433,21	61 714,82	58 037,67	7 433,21	50 604,46
Passivos						
Fornecedores	122 696,03	0,00	122 696,03	198 646,38	0,00	198 646,38
Outras Contas a Pagar	19 726,73	0,00	19 726,73	21 087,33	0,00	21 087,33
Total do Passivo	142 422,76	0,00	142 422,76	219 733,71	0,00	219 733,71

14.2. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de Acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumul. das Dívidas dos Clientes	%
Mora mais de 24 Meses	7 433,21	7 433,21	100%
Total	7 433,21	7 433,21	

14.3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2018	2017
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos a ordem	468 283,57	427 823,11
Outros depósitos bancários	2 000,00	2 000,00
Total	470 843,57	430 383,11

15. Benefícios de Empregados

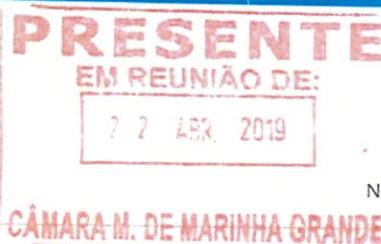
Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2018	2017
Remunerações	148 889,49	151 259,41
Encargos sobre remunerações	32 925,21	33 356,38
Seguros de acidentes de trabalho	3 228,07	3 230,85
Outros gastos	4 836,17	2 074,28
Total	189 878,94	189 920,92

16. Outras Informações

16.1. Estado e outros Entes Públicos

Rua Pereira Crespo S/N 2430-243 Marinha Grande



NIPC 505 849 348

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	2018	2016
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento/Pagamento por Conta	5 135,92	2 656,38
Imposto sobre o Rendimento/A Recuperar	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Recuperar	644,06	58 526,14
Total	5 779,98	61 182,52
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	1 264,60	6 926,10
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	1 461,10	2 176,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	3 050,34	4 696,07
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	390,59	632,91
Total	6 166,63	14 431,16

16.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
22 DE 2019

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Diferimentos	2018	2018
	Corrente	Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Sequros	855,07	1 710,72
Contrato Continuidade aplicação informática	40,06	0,00
Total	895,13	1 710,72
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	1 768,91	1 889,19
Total	1 768,91	1 889,19

16.3. Capitais próprios

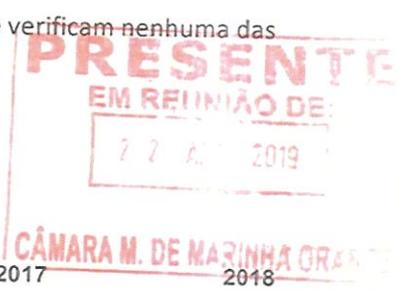
Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais Próprios	2018	2017
Capital próprio		
Capital Realizado	338 000,00	338 000,00
Reservas Legais	38 440,82	35 969,68
Resultados Transitados	245 212,48	285 239,48
Resultado Líquido do Período	5 529,15	24 171,14
Total	627 182,45	683 380,30

16.4. Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

Lei n.º 50/2012	2015	2016	2017	2018
Alinea a)				
Vendas/Prestação de Serviços	468.965,75 €	441.799,85 €	454.022,36 €	468.809,62 €
Gastos Totais	890.621,40 €	878.657,78 €	872.830,14 €	906.545,62 €
%(V+PS/Gastos Totais)	53%	50%	52%	52%
Alinea b)				
Subsídios	423.216,81 €	440.832,57 €	438.730,41 €	431.564,91 €
Receitas Totais	895.421,82 €	888.781,79 €	897.001,28 €	912.074,77 €
%(Subsídios/Receitas Totais)	47%	50%	49%	47%
Alinea c)				
Resultado Operacional (EBIT)	5.511,95 €	13.327,95 €	31.097,22 €	6.816,44 €
Alinea d)				
Resultado Líquido	4.800,42 €	10.124,01 €	24.171,14 €	5.529,15 €



17. Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2019.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

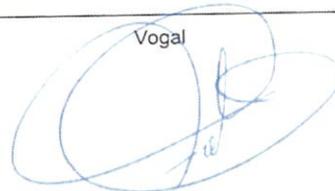
Marinha Grande, 13 de março de 2019

CC nº 10 677

Conselho de Administração

Presidente

Vogal

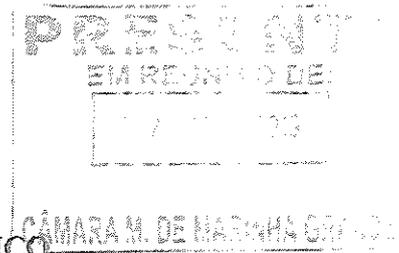


Fernando J. Carvalho

Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Maria de Fátima Malessio Cardoso





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmº Acionista Único da
TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA

De acordo com as disposições estatutárias da nossa sociedade e demais legislação em vigor, a Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA, apresentou o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados e respectivos anexos, referentes ao exercício de 2018.

No exercício das suas actividades de fiscalização e de harmonia com as exigências legais, o Fiscal Único procedeu ao exame dos registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, tendo constatado que os elementos referidos traduzem de forma clara a actividade da sociedade e que os valores contabilísticos registados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes do Anexo às Demonstrações Financeiras e traduzem uma adequada avaliação do património social.

O fiscal único que, de acordo com a Lei é também o Revisor Oficial de Contas, emitiu a Certificação Legal das Contas, a qual fica fazendo parte integrante deste relatório.

Nestas condições somos de parecer;

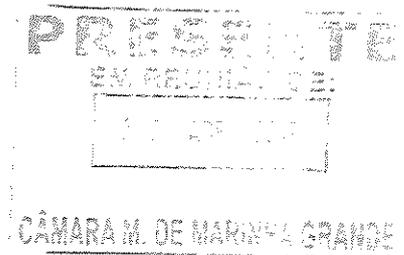
A) Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes a 31 de Dezembro de 2018 apresentados pela Administração.

B) Que ao saldo da conta de Resultados Líquidos do Exercício seja dada a aplicação proposta pela Administração.

Marinha Grande, 13 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO
Luis Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664

Luis Filipe Vicente Pinto



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de 839.267,75 euros e um total de capital próprio de 627.182,45 euros, incluindo um resultado líquido de 5.529,15 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da

PRESENT
EM REPOSIÇÃO DE
11/11/2019

Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeira adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística:

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Marinha Grande, 13 de março de 2019

Luís Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664